

Marinho, Josephat

# Entre dois séculos

Todo fim de ano é uma transição: problemas e esperanças de um dia renovam-se no outro. Quando o crepúsculo do ano corresponde, porém, como o de agora, ao ocaso do século, cria um espaço de dúvidas e incertezas. A perspectiva de mudança de idéias, de fatos econômicos, de tecnologia, de relações internacionais gera indagações naturais sobre a sorte do homem e de seus direitos. Decerto por isso, Machado de Assis, nos versos dedicados a Camões, perguntou: "Tu quem és?" E respondeu, sem explicação: "Sou o século que passa". Porque passa, transfere ao que chega o destino dos seres humanos.

Essa transferência não é uma dádiva ou uma alienação: é uma outorga de responsabilidades. As conquistas acumuladas esperam ser mantidas e ampliadas. As que permaneceram como expectativas confiam na sua conversão em realidades. As desigualdades correntes interessam aos privilegiados e são condenadas por injustiçados. Surgirão novos anseios, individuais e coletivos, com a sucessão das gerações, como também novos fatores de influência no meio social. Na transposição de uma para outra centúria haverá, pois, dupla sensação: a de perda, pelo passado, que se foi, e a de aquisição, pelo presente, que nasce.

A sabedoria da sociedade estará em buscar o equilíbrio entre forças e interesses contrapostos, ou divergentes. A experiência dos tempos, de mais de dois séculos, revela que não se encontrará a procurada harmonia relativa no regime capitalista. Apesar de duas guerras de âmbito mundial e da criação e do fortalecimento dos direitos sociais e econômicos, nas constituições e em declarações internacionais, as desigualdades

subsistem, com enorme parcela de pobres, miseráveis e excluídos. A globalização avassaladora agravou essa situação, segundo o demonstram os relatórios e estatísticas dos órgãos competentes das Nações Unidas. Em entrevista recentíssima ao jornal *A*



POR JOSAPHAT MARINHO

*Tarde*, de Salvador (17.12), o presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, o brasileiro Antônio Augusto Cançado Trindade, assinalou o fato da redução dos meios de subsistência. Asseverou que, se houve "avanços", ocorreram "retrocessos", como "um declínio nas condições de vida de segmentos da população". E, de acordo com as mesmas fontes institucionais, observa-se que a queda do padrão de existência se verifica, sobretudo, nos países mais pobres. As economias e políticas fortes não têm concorrido, devidamente, para amparar a pobreza dos povos fracos.

Não obstante a ampliação dos direitos no campo social e econômico, e como prestações positivas do Estado, o regime burguês não permitiu que se alargasse a base igualitária da sociedade. Mesmo com as modificações sofridas pelo capitalismo, não se alterou a estrutura social em extensão suficiente a corrigir as desigualdades criadas. Pode dizer-se, portanto, com Henri Bartoli, no livro *A Economia, serviço da vida*, de 1996, que "nada nos autoriza a pretender que a humanidade encontrou no capitalismo, qualquer que seja o tipo de que se revista, sua última formação social". Em verdade, o sistema de desequilíbrio social, econômico e cultural parece inerente ao capitalismo. É tempo de mudar.

Se uma forma socialista fracassou, não morreu a idéia socialista, que repousa no princípio da igualdade. Em que pesem as variações de filosofia, o pensamento socialista conflui, substancialmente, para a noção de vida igual, ainda que em caráter relativo. Seria utópico aspirar à igualdade absoluta, se o

**O QUE OS DESPOSSUÍDOS RECLAMAM É MENOS MANDO ARBITRÁRIO E MAIS COOPERAÇÃO E EFICIÊNCIA, SOLIDARIEDADE E NÃO CARIDADE, JUSTIÇA E NÃO FAVOR. SE ESSE FOR O ESPÍRITO DO NOVO SÉCULO, REDUZIR-SE-ÃO AS INJUSTIÇAS E AUMENTARÁ O SENTIMENTO DE CONCÓRDIA**

homem mesmo é portador de valores diferenciados. Vedadas ou corrigidas as desigualdades artificiais, produto da diversidade de poder na sociedade, bem se encontrará o caminho de uma estrutura, racional, que assegurará a todas as pessoas vida assemelhada. Cerceada, senão eliminada a exploração econômica, todos poderão usufruir um pouco de bem-estar. Não é necessário fundar novo regime nos dogmas do marxismo, embora não se deva ter medo do que nele for válido. É secundário, também, caracterizar outro sistema como "tercei-

ra via". Designação não cria felicidade.

Essencial é que se institua quadro legal democrático apto a garantir governo e administração sem privilégios nem discriminações. O que os despossuídos reclamam é menos mando arbitrário e mais cooperação e eficiência, solidariedade e não caridade, justiça e não favor. Se esse for o espírito do novo século, reduzir-se-ão as injustiças e aumentará o sentimento de concórdia.

JOSAPHAT MARINHO, EX-SENADOR, É PROFESSOR EMÉRITO DA UNB E DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA E DIRETOR DA FACULDADE DE DIREITO DA UPIS

